



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

1.1 - Natureza Jurídica da Entidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) é órgão público do Poder Judiciário Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 02.566.224/0001-90, tendo jurisdição no Estado de Pernambuco e sede na Avenida Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

A Justiça do Trabalho em Pernambuco é formada, na primeira instância, por 70 Varas Trabalhistas, sendo 24 na capital e outras 46 unidades distribuídas na região metropolitana do Recife, zona da mata, agreste e sertão do Estado, 07 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Soluções de Disputas - CEJUSC's, sendo 01 na capital e 06 nas demais regiões, ao passo que, na segunda instância, por 19 Gabinetes de Desembargadores (as) e o CEJUSC do segundo grau.

As Demonstrações Contábeis do TRT6 são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

2. Resumo das Políticas Contábeis Significativas

As políticas contábeis adotadas com base na Lei 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público – MCASP. Os registros contábeis foram baseados no MCASP 9ª Edição, válido para aplicação a partir do exercício 2022.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

2.1 - Base de Preparação e Mensuração

A metodologia utilizada para realizar a mensuração de ativos e passivos no âmbito do TRT6 é aquela definida pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente no que se refere aos seguintes critérios e procedimentos:

2.1.1 - Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

São computados nesse item os saldos na conta de limite de saque com vinculação de pagamento e os depósitos e cauções vinculados a garantias contratuais.

2.1.2 - Créditos e Dívidas

Compreende os direitos a receber a curto prazo com expectativa de realização em até 12 meses do encerramento das demonstrações contábeis e, no longo prazo os que possuem expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, e, quando aplicável, acrescidos das atualizações monetárias e juros.

2.1.3 - Estoques

Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou de produção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

2.1.4 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado, composto de bens móveis e imóveis, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, construção ou produção.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Os elementos do ativo imobilizado com vida útil econômica limitada ficam sujeitos à depreciação durante esse período, com a consequente dedução do valor nos itens patrimoniais relacionados.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como variações patrimoniais diminutivas do período em que seja incorrido. As transferências de bens foram realizadas pelo seu valor líquido contábil.

O TRT6 tem observado os métodos de mensuração de bens móveis, com o fim de atualizar os valores antes do desfazimento de bens, como nos casos de doação.

Os bens imóveis são registrados pelo valor de aquisição ou de construção e, enquanto ainda não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, são contabilizados na conta contábil “Bens de Uso Especial não Registrados no SPIUnet”. Os demais bens imóveis estão contabilizados na conta “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”. Até a conclusão das obras os valores ficam registrados em contas que devem ter o caráter transitório e registram segregadamente os “Estudos e Projetos”, as “Obras em Andamento” e as “Instalações”.

As reavaliações dos bens imóveis registrados no SPIUnet são anotadas no próprio sistema que gera registro contábil automático no SIAFI. Quanto aos não registrados no SPIUnet, os lançamentos contábeis das reavaliações são realizados diretamente no SIAFI a partir de informações prestadas pela unidade técnica responsável.

2.1.5 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

2.1.6 - Depreciação/Amortização

O TRT6 observa os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial na NBC TSP 07 (Ativo Imobilizado) e Macrofunção SIAFI 020330 (depreciação, amortização e exaustão na administração direta da União, Autarquias e Fundações).

Quanto à depreciação de bens imóveis do TRT6, o valor é apurado, mensal e automaticamente, pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014), cujo cálculo se inicia a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada. Atualmente, o conjunto de bens intangíveis de propriedade deste TRT6 é composto integralmente por softwares de vida útil indefinida e não se sujeitam à amortização, nos termos do item 7.8 da Macrofunção 020345 – Ativos Intangíveis.

2.1.7 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis

Os procedimentos para registro da reavaliação e redução a valor recuperável na Administração Pública Direta da União têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBC TSP, MCSP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente no Manual SIAFI, Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

2.1.8 - Passivos Circulantes e Não Circulantes

São classificadas no passivo circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis e no passivo não circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP – Estrutura Conceitual.

As obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Nos termos do item 4.2.2.1 da Nota Técnica SEOFI.CSJT n.º 1/2019, “os passivos trabalhistas exigíveis da justiça do trabalho deverão ser classificados como circulantes, em contas contábeis de curto prazo, pois já estão sendo exigidos, independente da disponibilidade orçamentária, inclusive com cálculo de juros e correção monetária”.

2.1.9 - Provisões e Passivos Trabalhistas

Conforme indicado pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, o cálculo e a apuração dos valores de passivos observam a fundamentação constante da decisão que defere o direito, inclusive observando a prescrição. A atualização monetária e juros, quando aplicáveis, são apurados segundo os critérios estabelecidos na Resolução 137/2014 do CSJT e suas alterações conforme 9ª republicação de 1º de setembro de 2022.

No tocante aos passivos relacionados ao reembolso em função de cessão de pessoal requisitado ao TRT6, as informações são apuradas e encaminhadas pela Coordenadoria de Quadro de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

2.1.10 - Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

2.1.11 - Patrimônio Líquido

É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.

2.1.12 - Resultado Patrimonial

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. O resultado for positivo representa um Superávit Patrimonial, caso contrário terá sido apurado um Déficit Patrimonial.

2.1.13 - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.1.14 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro e na Demonstração do Fluxo de Caixa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

2.1.15 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei n.º 4.320/1964

As demonstrações contábeis foram extraídas do SIAFI Web e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora 080006 – Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo compostas por:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO;

BALANÇO FINANCEIRO – BF;

BALANÇO PATRIMONIAL – BP;

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP;

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC.

As notas explicativas compõem as demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes das referidas demonstrações.

3.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário – BO demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme disposto no art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Pelo contido na NBC TSP 11, que altera NBC T 16.6(R1), o BO evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, com demonstração do resultado orçamentário. Por conseguinte, o BO é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário são incluídos dois anexos demonstrativos de execução de Restos a Pagar (RP), um relativo aos RP não processados, outro relativo aos RP processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos Restos a Pagar.

O quadro principal demonstra as receitas orçamentárias detalhadas por origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

3.1.1 – Receitas Orçamentárias

Os campos da coluna "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada", no Balanço Orçamentário são demonstrados com um (-), indicando valor inexistente ou nulo, uma vez que não houve previsão de receitas na Lei Orçamentária Anual de 2022 para a UG 080006 - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Os recursos necessários para o pagamento das despesas do órgão são oriundos de transferências financeiras.

A linha "Déficit", constante da coluna "Receitas Realizadas", demonstra o resultado decorrente do confronto entre as receitas realizadas, de valor zerado, com as despesas empenhadas, no valor de R\$ 988.519.826,95.

O déficit apontado no comparativo das receitas e despesas executadas é justificado pela ausência de receitas no Balanço Orçamentário (não consolidado) dos órgãos não titulares da arrecadação de receitas do Tesouro, os quais executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

A coluna "Saldo" do Balanço Orçamentário é totalizada no montante que representa a diferença entre a coluna "Previsão Atualizada" e as "Receitas Realizadas", representadas na linha de Déficit, no valor de R\$ 988.519.826,95.

A linha "Créditos Adicionais Abertos" no exercício de 2022 refere-se ao valor originado de suplementação orçamentária por meio da fonte de anulação/cancelamento parcial ou total de dotação.

3.1.2 – Despesas Orçamentárias

A seguir teremos a análise dos principais itens que compõem a Despesa Orçamentária no Balanço Orçamentário, a qual passou a ser demonstrada por empenho, liquidação e pagamento.

Do total da "Dotação inicial" consignada na Lei nº 14.303/2022 (LOA 2022) para o TRT6, além dos créditos oriundos da fonte do Tesouro Nacional, teve como fonte complementar de custeio receita originada de fonte própria, sendo R\$ 4.881.948,00, da fonte 170 - Recursos Próprios Primários de Aplicação Específica (remuneração dos depósitos judiciais) e R\$ 2.912.446,00, da fonte 150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (taxa de uso de imóveis e cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento), equivalentes a menos de 1% da "Dotação Autorizada".

A programação da despesa, por função e subfunção de governo, ao final do exercício de 2022 apresentou a configuração evidenciada a seguir:

Quadro 1 – Programação da Despesa (por função e subfunção)

Função Governo		Subfunção Governo		Dotação Inicial	Movimentação de Créditos	Dotação Atualizada
28	Encargos Especiais	846	Outros encargos Especiais	250.002,00	159.218,00	409.220,00
02	Judiciária	061	Ação Judiciária	3.572.855,00	-	3.572.855,00
		122	Administração Geral	528.366.358,00	15.334.665,00	543.701.023,00
		131	Comunicação	599.889,00	(180.779,00)	419.110,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

			Social			
		301	Atenção Básica	56.060.794,00	4.455.354,00	60.516.148,00
		846	Outros Encargos Especiais	99.818.789,00	1.084.111,00	100.902.900,00
09	Previdência Social	272	Previdência do Regime Estatutário	225.956.865,00	33.866.514,00	259.823.379,00
Total				914.625.552,00	54.719.083,00	969.344.635,00

Fonte: SIAFI 2022

No Balanço Orçamentário, a coluna “Dotação Atualizada” registra o montante composto pelo valor da “Dotação Inicial” acrescido do saldo da movimentação de crédito, ou seja, o saldo entre os valores recebidos como créditos adicionais e os cancelamentos/remanejamentos.

No exercício de 2022, o saldo da movimentação de crédito foi de R\$ 54.719.083,00, cuja composição segue no quadro abaixo, segregado por função e subfunção:

Quadro 2 - Créditos Adicionais por Função e Subfunção

Função Governo		Subfunção Governo		Dotação Suplementar	Dotação Cancelada ou Remanejada	Saldo da Movimentação de Créditos
28	Encargos Especiais	846	Outros Encargos Especiais	159.218,00	-	159.218,00
02	Judiciária	122	Administração Geral	27.742.972,00	(12.408.307,00)	15.334.665,00
		131	Comunicação Social	47.500,00	(228.279,00)	(180.779,00)
		301	Atenção Básica	4.455.354,00	-	4.455.354,00
		846	Outros Encargos Especiais	1.084.111,00	-	1.084.111,00
09	Previdência Social	272	Previdência do Regime Estatutário	34.804.644,00	(938.130,00)	33.866.514,00
Total				68.293.799,00	(13.574.716,00)	54.719.083,00

Fonte: SIAFI 2022

Na dotação atualizada não estão computados os créditos recebidos por descentralização, as provisões (descentralizações internas) e os destaques (descentralizações externas) recebidos nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

valores de R\$ 1.202.959,95 e R\$ 25.848.772,00, respectivamente. Todavia, são computados na coluna "Despesas Empenhadas", pois a execução se dá no âmbito deste Regional.

Portanto, o TRT6 também executa (empenha, liquida e paga) despesas decorrentes de créditos descentralizados. São créditos autorizados na lei orçamentária de outros órgãos, a exemplo de Sentenças Judiciais (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV), e Programas oriundos do Tribunal Superior do Trabalho - TST, porém, executados por este Regional.

O demonstrativo abaixo evidencia o detalhamento do crédito recebido por descentralização no exercício de 2022, indicando a unidade orçamentária que realizou a descentralização e o plano orçamentário da despesa:

Quadro 3 - Créditos Recebidos por Descentralização

Unidade Orçamentária		Plano Orçamentário	Provisão Recebida	Destaque Recebido
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	82.700,00	-
15126	Setorial Orç. Fin. e Contábil da Just. Trab.	Trabalho Seguro	15.824,96	-
		Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem	15.810,70	-
71103	Setorial Orçamentária e Financeira - MF	Precatórios	-	25.428.520,00
		Requisições de Pequeno Valor	1.088.624,29	-
22201	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças-DOF	Precatórios	-	108.371,00
39252	Depart. Nac. Infra Estrutura e Transportes	Precatórios	-	311.881,00
Total			1.202.959,95	25.848.772,00

Fonte: SIAFI 2022

Também é possível observar, a partir do Balanço Orçamentário, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas orçamentárias do TRT6 do exercício 2022. Tais informações estão detalhadas no demonstrativo abaixo por Função e Subfunção de Governo para possibilitar a realização de análise comparativa com a programação da despesa:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 4 - Execução da Despesa Orçamentária

Função Governo		Subfunção Governo		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
02	Judiciária	061	Ação Judiciária	2.409.437,12	2.227.437,12	2.207.982,02
		122	Administração Geral	543.050.760,40	532.589.109,88	532.307.386,51
		131	Comunicação Social	391.538,84	352.613,50	351.588,89
		301	Atenção Básica	60.439.787,24	59.210.339,70	59.200.585,82
		846	Outros Encargos Especiais	95.059.594,46	95.019.594,46	95.019.594,46
09	Previdência Social	272	Previdência do Regime Estatutário	259.823.379,00	259.740.558,63	259.740.558,63
28	Encargos Especiais	846	Outros Encargos Especiais	27.345.329,89	27.319.213,61	27.319.213,61
Total				988.519.826,95	976.458.866,90	976.146.909,94

Fonte: SIAFI 2022

No tocante ao “Saldo da Dotação” evidenciado no BO, totalizado em R\$ 19.175.191,95, o valor apurado equivale à diferença entre a “Dotação Atualizada”, e as “Despesas Empenhadas”.

O resultado de tal situação pode indicar uma execução maior do que a programação da despesa. Verifica-se no Balanço Orçamentário da unidade, no grupo de Pessoal e Encargos Sociais, um montante empenhado maior do que a dotação final (atualizada), com o conseqüente saldo negativo na coluna “Saldo da Dotação”.

Pelo exposto, esse fenômeno não representa uma irregularidade contábil, ocorre em virtude da execução de créditos descentralizados de outras unidades orçamentárias, conforme demonstrado no quadro de créditos recebidos por descentralização, quadro 3, e no demonstrativo abaixo detalhado por ação orçamentária:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 5 - Execução da Despesa Orçamentária por Ação Orçamentária

Ação Governo	Dotação Atualizada	Provisão Recebida	Destaque Recebido	Despesas Empenhadas	Crédito Disponível
Sentenças Judiciais transitadas em Julgado (Precatórios)	-	-	25.848.772,00	25.847.485,60	1.286,40
Benefício Especial e demais Complementações de Aposentadoria	409.220,00	-	-	409.220,00	-
Aposentadorias e Pensões Civas da União	259.823.379,00	-	-	259.823.379,00	-
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	-	1.088.624,29	-	1.088.624,29	-
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações	100.902.900,00	-	-	95.059.594,46	5.843.305,54
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civas, Empregados...	31.131.595,00	-	-	31.131.595,00	-
Ativos Civas da União	487.134.107,00	-	-	487.134.107,00	-
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civas, Empregados...	29.384.553,00	-	-	29.308.192,24	76.360,76
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	419.110,00	-	-	391.538,84	27.571,16
Assistência	3.572.855,00	-	-	2.409.437,12	1.163.417,88



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Jurídica a Pessoas Carentes					
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	56.566.916,00	114.335,66	-	55.916.653,40	412.966,26
Total	969.344.635,00	1.202.959,95	25.848.772,00	988.519.826,95	7.524.908,00

Fonte: SIAFI 2022

3.1.3 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados

Os anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário evidenciam a execução dos Restos a Pagar, neles é possível observar que foi inscrito o montante de R\$ 6.390.422,88, incluídos os processados e não processados, no exercício 2021 e em exercícios anteriores, deste valor, foram pagos ou cancelados durante o exercício 2022 quase 98%, restando saldo inscrito a pagar de apenas R\$ 154.554,03, que representa apenas 2,41% do valor registrado no início do exercício.

3.2 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro - BF demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, consoante disposto no art. 103 da Lei n.º 4.320/1964.

Embora o BF apresente informações com viés orçamentário, possibilitando, inclusive, a apuração do resultado orçamentário, nele a evidenciação ocorre sob a ótica da fonte/destinação de recursos, diferentemente do Balanço Orçamentário que apresenta as informações por categoria econômica.

Ingressos

3.2.1 – Transferências Financeiras Recebidas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Considerando que o TRT6 não registra receitas orçamentárias, este subgrupo tem a maior parte da sua composição formada por sub-repasse recebido do CSJT, para atendimento da dotação consignada na LOA, das provisões e destaques recebidos, bem como, por valores relativos à restituição de receitas arrecadada por GRU em decorrência de recolhimento com código equivocado ou em duplicidade.

Sob a ótica de fonte de recurso, o montante de sub-repasse recebido pelo TRT6 no exercício de 2022 apresentou a composição conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 6 – Sub-repasse Recebido por Fonte de Recurso

Grupo Fontes		Fonte Recursos		2022	2021
1	Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	00	Recursos Primários de Livre Aplicação	723.347.160,59	664.651.300,75
		27	Custas Judiciais	5.201.318,00	5.561.984,60
		51	Recursos Livres da Seguridade Social	30.089.386,00	16.698.739,97
		56	Contrib. do Serv. Para o Plano Seg. Soc. Servidor Público	72.300.924,00	73.068.550,00
		69	Contrib. Patronal para o Plano Seg. Soc. Serv. Pub.	123.813.311,41	155.193.771,37
		88	Recursos Fin. de Livre Aplicação	31.131.217,33	-
3	Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores	00	Recursos Primários de Livre Aplicação	-	4.112,00
Total				985.883.317,33	915.178.458,69

Fonte: SIAFI 2022

As transferências recebidas independentes da execução orçamentária destinaram-se, além do pagamento dos Restos a Pagar, à restituição de receitas.

No exercício de 2022, os itens “Demais Transferências Recebidas” e “Movimentação de Saldos Patrimoniais” foram registrados de acordo com o código da GRU, conforme quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 7 – Transferências Recebidas por Código de GRU

Código Recolhimento GRU		Demais Transferências Recebidas	Movimentação de Saldos Patrimoniais
18710	STN-Custas Judiciais (CAIXA)	242.239,38	242.239,38
18740	STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB)	236.877,79	290.600,23
18770	STN-Emolumentos (CAIXA/BB)	355,70	355,70
18822	STN-Outras Receitas	735,93	735,93
18862	Ressarcimento do Pagto. Honorários Tec. Periciais	6.369,54	6.369,54
Total		486.578,34	540.300,78

Fonte: SIAFI 2022

3.2.2 – Recebimentos Extraorçamentários

Os valores deste subgrupo correspondem, principalmente, aos Restos a Pagar inscritos no exercício e aos ingressos extraorçamentários recebidos.

A partir de um comparativo com o exercício anterior é possível observar um aumento de um pouco mais de 60% neste item da programação financeira. A referida variação justifica-se, em parte, pelo incremento na inscrição dos Restos a Pagar Não Processados, tais valores são computados nesse grupo para compensar o seu efeito nas despesas orçamentárias, na coluna dos dispêndios, que são evidenciadas no demonstrativo contábil considerando o seu valor empenhado, independentemente do pagamento.

Quanto à Inscrição dos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 311.956,96, tem-se os registros relativos aos contratos de manutenção predial; vigilância armada e motoristas.

No item Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados, totalizando R\$ 12.060.960,05, observa-se o montante de R\$ 12.006.663,58, na condição de “A Liquidar” (conta contábil – 5.3.1.7.2.01.00), e, na condição de “Em Liquidação”, o valor de R\$ 54.296,47. São os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, mas registrados como RP/Recebimentos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Extraorçamentários, nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei nº 4.320/1964, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Em relação ao item “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, onde foi registrado o maior acréscimo nominal do grupo em relação ao exercício anterior, o total da receita arrecadada pelo TRT6 (fonte própria e fonte Tesouro), registrado na conta contábil 8.9.9.9.1.08.02 – Controle da Arrecadação na UG Arrecadadora, perfaz o montante de R\$ 42.391.184,20, contemplando, em termos percentuais, 75,74% do total dos Recebimentos Extraorçamentários.

O montante apurado refere-se, principalmente, à movimentação por meio de Guias de Recolhimento da União em decorrência da atividade jurisdicional do TRT6 relativo às custas processuais e aos emolumentos que são, em regra, transferidos ao Tesouro Nacional com registro no item “Movimento de Saldos Patrimoniais” nos dispêndios relativos às transferências financeiras concedidas.

Também são computados como “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, os registros dos valores oriundos da remuneração de depósitos judiciais, de recursos recebidos em função de contrato do TRT6 com instituição bancária para operacionalização da sua folha de pagamento, bem como em função de cessão do direito de uso de áreas nas dependências do Tribunal. Tais ingressos são aplicados para pagamento parcial das despesas de custeio do TRT6.

O quadro abaixo evidencia o detalhamento do montante apurado por código de recolhimento em ordem decrescente tomando como base o exercício de 2022, com destaque para os códigos que registraram os maiores valores recolhidos:

Quadro 8 – Outros Recebimentos Extraorçamentárias por Código de GRU

Código de Recolhimento		2022	2021
18740	STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB)	24.578.597,13	21.669.317,96
28962	Receita Cessão Dir. Operacionalização Pagamento Judicial	4.881.948,00	-
18899	STN Dev. RPV Cancelado - LEI 13.463/17	3.548.262,45	66.016,46
28969	Receita Cessão Dir. Operacionalização Pagamento	2.649.154,98	2.367.711,51
18806	Recup. Desp. Primária Exerc. Anteriores FTE 0100	2.333.399,84	848.984,75



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

18821	STN Outras Indenizações (Deduções Folha)	2.283.170,79	2.017.007,87
18710	STN-Custas Judiciais (CAIXA)	1.183.560,32	990.968,00
-	Demais Códigos de Recolhimento	933.090,69	794.750,61
Total		42.391.184,20	28.754.757,16

Fonte: SIAFI 2022

Dispêndios

3.2.3 – Despesas Orçamentárias

Os dispêndios relativos às Despesas Orçamentárias, decorrentes dos valores empenhados neste exercício de 2022, apresentaram, em relação ao valor apurado no exercício anterior, um acréscimo percentual de 7,38%.

Considerando a classificação apresentada no BF, vale ressaltar que a alocação “ordinárias” evidencia o montante da despesa que foi executada com recursos de fontes que podem ser utilizadas livremente para finalidades diversas. Por outro lado, a alocação “vinculadas”, representa a execução de despesa com recursos oriundos de fontes com finalidades específicas de acordo com a norma vigente.

A fim de evidenciar a relação entre a origem e a aplicação dos recursos, o quadro abaixo demonstra o detalhamento da realização das despesas vinculadas, segregando-as por fonte de recursos com a indicação da Ação Orçamentária e o valor executado:

Quadro 9 – Detalhamento das Despesas Vinculadas

Fonte Recursos		Ação Governo		Total
51	Recursos Livres da Seguridade social	00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadoria	250.002,00
		0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	29.839.384,00
Total - Seguridade Social (Exceto Previdência)				30.089.386,00
56	Contrib. do Serv. Para o Plano Seg. Soc. Serv. Pub.	0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	72.300.924,00
69	Contrib. Patronal para o	0181	Aposentadorias e Pensões Civis da	123.816.557,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

	Plano Seg. Soc. Serv. Pub.		União	
Total - Previdência Social (RPPS)				196.117.481,00
27	Custas Judiciais	4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.201.318,00
50	Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação	4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.912.446,00
70	Rec. Próprios Primários Aplicação Específica	4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.881.281,69
Total - Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas				12.995.045,69
Total Geral				239.201.912,69

Fonte: SIAFI 2022

3.2.4 – Transferências Financeiras Concedidas

Embora não representativo o volume de recursos, é relevante esclarecer o registro do valor relativo às transferências resultantes da execução orçamentária, por meio de repasse concedido. Trata-se de movimentação de recurso decorrente do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 01/2022 resultante da assinatura de acordo de cooperação que entre si celebram o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e a Universidade Federal de Pernambuco, com interveniência da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE, para realização do curso de pós-graduação – stricto sensu, Mestrado Profissional em Políticas Públicas, conf. Mensagem SIAFI 2022/3090812.

Nas transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária, totalizadas em R\$ 37.056.561,04, foram contabilizados R\$ 35.478.318,70 no título “Movimento de Saldos Patrimoniais”, provenientes das receitas arrecadadas e transferidas ao Tesouro Nacional (fonte Tesouro).

Ressalte-se que as referidas transferências não abrangem os ingressos decorrentes do contrato do TRT6 com instituição bancária para operacionalização da sua folha de pagamento, bem como em função de cessão do direito de uso de área nas dependências do Tribunal. Tais valores constituem receitas próprias e são aplicados no custeio parcial das despesas ordinárias do órgão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

A fim de possibilitar uma análise comparativa com o item 3.2.2, o demonstrativo a seguir detalha o montante transferido por código de recolhimento em ordem decrescente tomando como base o exercício de 2022, com destaque para os códigos que registraram os maiores valores recolhidos:

Quadro 10 – Detalhamento das Receitas Transferidas para a STN por Código de Recolhimento

Código de Recolhimento		2022	2021
18740	STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB)	24.869.197,36	21.965.010,21
18821	STN Outras Indenizações (Deduções Folha)	2.283.170,79	2.017.007,87
18710	STN-Custas Judiciais (CAIXA)	1.425.799,70	996.860,75
18806	Recup. Desp. Primária Exerc. Anteriores FTE 0100	2.333.399,84	848.984,75
18899	STN Dev. RPV Cancelado - LEI 13.463/17	3.548.262,45	
-	Demais Códigos de Recolhimento	1.018.488,56	953.962,29
Total		35.478.318,70	26.781.825,87

Fonte: SIAFI 2022

O montante apurado no título “Transferências Concedidas para Pagamento de RP”, no valor de R\$ 1.578.242,34, reflete, essencialmente, os valores relativos a devoluções de recursos em virtude do cancelamento de empenhos inscritos em Restos a Pagar.

3.2.5 – Pagamentos Extraorçamentários

O saldo registrado no presente subgrupo é majoritariamente representado pelo pagamento dos Restos a Pagar.

No exercício de 2022, destacaram-se os pagamentos de Restos a Pagar relativos a despesas com investimentos, juntamente com os pagamentos relativos aos reembolsos das remunerações e encargos sociais de servidores requisitados de outros órgãos, bem como pelos pagamentos relativos a outras despesas correntes, conforme demonstrativo no anexo 1 do Balanço Orçamentário.

Os depósitos restituíveis, no valor de R\$ 1.198.912,29, referem-se principalmente a cancelamentos de ordem bancária por devolução da instituição financeira e são contabilizadas na conta “8.2.1.1.4.00.00 - DDR utilizadas para o Pagt. Desp. Orç. e Outros”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

3.2.6 – Saldo do Exercício Anterior e Saldo Para o Exercício Seguinte

Observa-se tanto no lado dos ingressos (Saldo do Exercício Anterior), como no lado dos dispêndios (Saldo para o Exercício Seguinte), cuja composição remete aos saldos das contas: 1.1.1.1.2.20.01 - Limite de saque com vinculação de pagamento, e 1.1.1.1.1.19.03 - Demais Contas – CEF (cauções contratuais em espécie), totalizando, no encerramento do exercício 2022, em R\$ 66.832.227,87.

No tocante ao saldo disponível apurado no encerramento do exercício 2022, vale observar que houve um acréscimo da ordem de 20,94% em relação ao valor apurado no exercício anterior, conforme demonstrado no quadro 3.3.1 que abre as considerações acerca do Balanço Patrimonial. A realização da transferência, ainda no exercício 2022, da maior parte dos recursos necessários para o pagamento dos empenhos inscritos em restos a pagar contribuiu para o registro de um maior volume de recursos na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” ao final do exercício.

3.3 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial - BP evidencia a situação patrimonial em 31 de dezembro de 2022. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos, segregados em circulante e não circulante, no final do período, com base nos seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

ATIVO

Ativo Circulante

O ativo circulante é o conjunto de bens e direitos de uma entidade, que podem ser facilmente convertidos em capital no curto prazo. Ou seja, são os bens e direitos com alta liquidez. Sendo assim, dentre os ativos de uma organização, os ativos circulantes são os que possuem maior liquidez e, por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

isso, são conhecidos como ativos realizáveis a curto prazo e somaram R\$ 90.852.317,74 no exercício ora analisado.

3.3.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa, totalizados em R\$ 66.832.227,87, já tratados no item 3.2.6 do Balanço Financeiro, contemplam o somatório dos valores em caixa e bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para as quais não haja restrições para uso imediato. Na tabela a seguir, pode-se visualizar a sua composição.

Quadro 11 - Caixa e Equivalentes de Caixa – Por Conta Contábil

Conta Contábil	2022	2021
1.1.1.1.1.19.00 – Bancos conta movimento – Demais Contas	79.397,12	75.545,87
1.1.1.1.2.20.00 – Recursos Liberados pelo Tesouro	66.752.830,75	55.186.869,05
Total	66.832.227,87	55.262.414,92

Fonte: SIAFI 2022

Destaque-se que está computado neste item, na conta “Bancos Conta Movimento – Demais Contas” o montante dos depósitos e cauções, vinculados às garantias contratuais, no valor de R\$ 79.397,12.

A conta de recursos liberados pelo tesouro e fontes próprias, no montante de R\$ 66.752.830,75, apresenta a seguinte distribuição por fonte de recursos:

Quadro 12 - Recursos Liberados pelo Tesouro – Por Fonte de Recurso

Fonte de Recursos	Conta Contábil – 1.1.1.1.2.20.01 Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento	
	2022	2021
Fonte 100 – Recursos Ordinários	17.462.976,67	9.017.354,93
Fonte 150 – Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.033.736,24	4.888.385,62
Fonte 151 – Recursos de Livres da Seguridade Social	-	5.655,78



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Fonte 169 – Contribuição Patronal para PSSS	64.351,03	14.528,35
Fonte 170 – Recursos Próprios Prim. Aplicação Específica	2.512.060,85	-
Fonte 181 – Recursos de Convênios	1.759.632,98	1.773.238,62
Fonte 188 – Recursos Financeiros de Livre Aplicação	432.367,23	-
Fonte 350 – Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	532.672,00	532.672,00
Fonte 381 – Recursos de Convênios	38.955.033,75	38.955.033,75
Total	66.752.830,75	55.186.869,05

Fonte: SIAFI 2022

3.3.2 – Créditos a Curto Prazo

No exercício de 2022, encontram-se registrados neste grupo os créditos a receber por cessão de pessoal, além dos direitos relativos aos valores de férias, a primeira parcela da gratificação natalina de 2023, pagos antecipadamente no mês de dezembro de 2022, e a antecipação da remuneração relativa ao mês de janeiro/2023 para os servidores que estariam em gozo naquele mês e optaram pelo recebimento de tal adiantamento.

É relevante ressaltar que também integra o grupo de créditos a curto prazo valores relativos ao adiantamento registrado em virtude do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 01/2022 decorrente da assinatura de acordo de cooperação que entre si celebram o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, já evidenciado no item 3.2.4 do Balanço Financeiro.

3.3.3 – Estoques

Item representado em sua integralidade pelo saldo da conta contábil 1.1.5.6.1.01.00 – Materiais de Consumo, no valor de R\$ 840.213,25, apresentando um acréscimo de 15,61% equivalente monetariamente a R\$ 113.446,34, em relação ao saldo apurado em 31/12/2021, conforme evidenciado abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 13 - Materiais de Consumo – Conta Contábil 1.1.5.6.1.01.00

Conta Corrente	2022	2021
17 – Material de TIC-Material de Consumo	328.418,25	295.295,14
16 – Material de Expediente	306.119,05	335.633,75
22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização	123.144,54	35.231,95
59 – Material para Divulgação	28.900,00	-
28 – Material de Proteção e Segurança	13.998,03	8.975,34
19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	11.006,35	23.341,52
Demais Contas Correntes	28.627,03	28.289,21
Total	840.213,25	726.766,91

Fonte: SIAFI 2022

O encaminhamento das informações relativas aos saldos dos bens de consumo em estoque no almoxarifado (Relatório Mensal de Almoxarifado) foi realizado pela unidade responsável pela gestão patrimonial deste Tribunal e está consonante com os saldos contábeis registrados no SIAFI.

3.3.4 – VPDs Pagas Antecipadamente

O item em referência apresentou saldo total de R\$ 110.537,71, relativo à assinatura de anuidades de periódicos, bem como prêmios de seguros a apropriar, cujas parcelas da despesa antecipada terão suas respectivas baixas patrimoniais contabilizadas no decorrer do exercício 2023.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis, e soma R\$ 187.136.369,97.

3.3.5 – Ativo Realizável a Longo Prazo

No item “Créditos a Longo Prazo” no exercício de 2022, o saldo está segregado em duas contas contábeis: a primeira “1.2.1.2.1.98.14 – Créditos a Recuperar” no valor de R\$ 363.464,34, referente à contabilização de créditos pela desoneração da folha em revisão de contratos e enviados para análise e inscrição na dívida ativa pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN e a segunda



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

“1.2.1.2.1.98.26 – Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP” no valor de R\$ 663.731,13, representa o montante decorrente dos acréscimos da correção monetária somada ao aporte ao FUNPRESP-JUD efetivado pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, utilizando como índice de atualização sobre o valor inicial corrigido, o IPCA, contabilizado nos moldes da Mensagem CFIN/CSJT nº 40/2015.

Houve um ajuste no mês de dezembro de 2022, baixa referente à devolução de parcela do aporte inicial da FUNPRESP, em atendimento ao Ofício Circular CSJT.SG.SEOFI nº 134/2022 no valor de R\$ 73.268,59.

3.3.6 – Imobilizado

Relaciona os ativos representados por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que lhes transfiram os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

O item “Bens Móveis” no valor de R\$ 30.374.927,07, refere-se ao valor líquido dos bens móveis do TRT6, equivalente a 17,09% do total do Ativo Imobilizado deste Regional.

Merece destaque o registro da baixa de bens móveis por doação/transferência, o que totalizou R\$ 827.116,90, conforme detalhamento abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 14 - Doações/Transferências Concedidas

Conta Contábil	Entes Beneficiados	2022	2021
35.911.01.00 – Doações/Transferências Concedidas	Outros Órgãos	627.207,96	116.011,15
35.912.01.00 – Doações/Transferências Concedidas	União	34.395,97	42.612,85
35.914.01.00 – Doações/Transferências Concedidas	Estados	126.148,93	220.496,69
35.915.01.00 – Doações/Transferências Concedidas	Municípios	39.364,04	66.113,89
Total		827.116,90	445.234,58

Fonte: SIAFI 2022

Dentre os entes beneficiados com as doações citadas destacam-se o município de Olinda-PE, o Governo do Estado de Pernambuco (Polícia Civil), a Marinha do Brasil (Capitania dos Portos e Hospital Naval de Pernambuco). Foram beneficiadas ainda, diversas Organizações Não Governamentais, a exemplo do Hospital do Câncer de Pernambuco, da Missão Internacional de Paz e do Centro de Assistência Social Sandra Moraes.

O item “Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis” no valor R\$ 44.636.953,63, refere-se ao reconhecimento mensal acumulado desde o exercício 2010 até o final de 2022, deduzido os valores de reversões pelo desfazimento de bens permanentes. O cálculo da depreciação dos bens móveis é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial sob gestão da Coordenadoria de Material e Logística do TRT6.

É importante salientar que apesar do incremento na ordem de 43,20% no valor dos bens móveis registrados no exercício de 2022 em relação ao exercício anterior, observa-se uma redução no valor da depreciação acumulada na ordem de 9,4%. Tal situação é consequência dos registros de ajustes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

contábeis decorrente de solicitação da Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG, unidade responsável pela gestão patrimonial no TRT6, que indica apontamento da Secretaria de Auditoria por meio de pedido de providências que se deu em razão da constatação de cálculos equivocados nas depreciações mensais realizados pelo sistema de gestão patrimonial.

Informa ainda a CMLOG que a adequação do saldo contábil da referida conta busca refletir a realidade patrimonial, inclusive para viabilização de migração para o novo sistema de patrimônio.

Segue tabela com a movimentação da conta de Depreciação Acumulada no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021:

Quadro 15 - Ativo Não Circulante – Composição da Depreciação Acumulada

Conta Corrente	Descrição	2022	2021
123110201	Equip. de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC	23.283.395,79	29.531.819,17
123110303	Mobiliário em Geral	11.647.609,98	10.849.532,99
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.951.214,50	2.107.493,04
123110503	Veículos de Tração Mecânica	2.339.076,82	2.071.475,37
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.251.621,41	1.961.507,51
123110405	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	1.377.334,10	1.051.037,34
123119909	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	553.261,07	675.231,18
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	703.431,92	551.912,61
-	Demais Contas Correntes	530.008,04	488.479,03
Total		44.636.953,63	49.288.488,24

Fonte: SIAFI 2022

Por ocasião da elaboração do Relatório de Inconsistências Contábeis previsto nas Normas de Encerramento do Exercício 2022 do Manual SIAFI, a unidade de Contabilidade solicitou à Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG, informações acerca da existência de bens que, até o encerramento do exercício base do referido relatório, não passaram pelo processo inicial de avaliação e não se sujeitam ao registro contábil do processo de depreciação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Em pronunciamento mais recente, janeiro de 2023, a unidade responsável pelo controle patrimonial dos bens móveis do TRT6 informou sobre a “implantação em nosso Regional ainda neste exercício”, de novo sistema para gestão patrimonial, quando tal pendência deverá ser sanada.

A CMLOG, unidade responsável pela gestão patrimonial do TRT6, foi informada de que a existência no acervo patrimonial do TRT6 de bens móveis que não passaram pelo processo inicial de avaliação, para os quais não houve registro contábil regular de depreciação, enseja a anotação de restrições mensais quando do registro da conformidade contábil no SIAFI.

Houve também, comunicação da unidade de Contabilidade para a CMLOG no sentido de informar sobre a publicação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) como anexo da Portaria STN nº 548/2015 que dispõe sobre prazos-limites para adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Foi destacado o item 3.3 do PIPCP que aborda as questões relacionadas à implantação dos procedimentos relativos aos bens móveis e imóveis, a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, inclusive quanto ao prazo de obrigatoriedade dos respectivos registros contábeis.

Em relação ao item “Redução ao Valor Recuperável” observa-se que no exercício de 2022, houve registro de reversão na conta de “Redução ao Valor Recuperável”, relativo às movimentações por baixa por solicitação da Coordenadoria de Material e Logística, em atendimento à recomendação da Secretaria de Auditoria deste Tribunal, em relação a bens doados nos exercícios de 2017 a 2022 e que já haviam sido baixados do sistema de patrimônio. Como também, houve registro de reversão de saldo em função de várias doações a diversos órgãos após as devidas autorizações da Presidência. Segue abaixo tabela com a indicação dos saldos atuais nas suas contas correntes:

Quadro 16 - Ativo Não Circulante – Saldo Acumulado da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado

Conta Contábil Redução ao Valor Rec. de Imobilizado - Móveis 1.2.3.9.1.01.00		2022	2021
123110303	Mobiliário em Geral	2.375.451,41	3.406.468,30
123110103	Equip./Utensílios Médicos, Odont, Laboratoriais e Hospitalares	11.445,26	17.554,87



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Total	2.386.896,67	3.424.023,17
--------------	---------------------	---------------------

Fonte: SIAFI 2022

O encaminhamento das movimentações e dos saldos dos bens móveis (Relatório Mensal de Bens) foi realizado pela unidade responsável pelo controle patrimonial deste Tribunal e está em consonância com os saldos contábeis contidos no SIAFI.

Bens Imóveis

O item “Bens Imóveis” (registrados ou não no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet), no valor bruto de R\$ 147.572.362,96, contribuiu com 83,05% para a formação do Ativo Imobilizado. Verifica-se um decréscimo de cerca de 1,24%, em comparação aos valores brutos apurados no exercício de 2021.

No exercício de 2022, apesar do registro do montante de R\$ 1.536.623,40, referente à execução de obras, houve também, o reconhecimento das reavaliações de imóveis nas contas contábeis de ativos com registros ou não no SPIUnet, em conformidade com os laudos de reavaliações encaminhados pela Coordenadoria de Planejamento Físico – CPLAN. Cabe salientar que o referido reconhecimento de reavaliação provocou uma variação negativa no saldo das reavaliações da ordem de (R\$ 3.389.878,51), tendo em vista que, em valores absolutos, as reavaliações negativas superaram as positivas neste exercício.

A conta “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet” tem seus lançamentos contábeis no SIAFI advindos dos registros efetuados a partir do SPIUnet, ou seja, quando da inclusão, exclusão ou alteração de valores no SPIUnet é gerado automaticamente um documento no SIAFI o qual faz os ajustes necessários nas contas contábeis que registram os saldos dos bens.

Os valores das reavaliações supramencionadas foram registrados tanto no SPIUnet para os bens registrados naquele sistema, quanto diretamente no SIAFI na conta contábil de ativo não registrados no SPIUnet, tendo como base os laudos técnicos emitidos pela CPLAN. Segue demonstrativo das reavaliações:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 17 - Demonstrativo de Reavaliações Realizadas no Exercício de 2022

Conta Corrente / RIP de Utilização	Município	Valor da Reavaliação
2521000355009	Fórum de Petrolina	2.023.065,64
2577002075009	Fórum de Serra Talhada	(2.466.344,27)
2543000455004	Fórum de Salgueiro	(193.881,14)
IM8607046	Fórum de Paulista	2.727.072,10
IM8607009	Fórum de Araripina	(1.915.497,24)
IM8607019	Fórum de Limoeiro	(1.453.719,29)
IM8607022	Fórum de Pesqueira	(1.080.467,10)
IM8607013	Fórum de Carpina	(500.939,61)
IM86VTPAL	Fórum de Palmares	(529.167,60)
Total		(3.389.878,51)

Fonte: SIAFI 2022

Quanto à depreciação de bens imóveis, houve registro de depreciação acumulada, efetuado pela CCONT/STN com base nos valores dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet.

Em uma análise comparativa com o exercício anterior, observa-se uma expressiva redução no valor da depreciação acumulada na ordem de cerca 93%. Tal situação ocorreu primordialmente em função de ajustes lançados no SIAFI pela Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT/STN) no exercício de 2022 relativos aos bens imóveis registrados no SPIUNET, com a seguinte descrição no campo observação dos lançamentos contábeis: “ajuste na depreciação acumulada de junho/2022 dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela Superintendência do Patrimônio da União – SPU e o Sistema SIAFI”.

3.3.7 – Intangível

No TRT6, o Ativo Intangível é integralmente composto por softwares de vida útil indefinida, totalizando, em 2022, o montante de R\$ 8.411.562,12. A atual classificação da vida útil dos itens patrimoniais dispensa o registro de amortização, nos termos do item 7.8 da Macrofunção SIAFI 02.03.45 – Ativos Intangíveis.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Assim como fora feito nos exercícios anteriores, a Coordenadoria de Contabilidade solicitou também no exercício de 2022, a apreciação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC, acerca da manutenção da condição dos ativos como de vida útil indefinida, conforme orientação prevista no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público 9ª edição, item 12.8.7.

Até o encerramento do exercício de 2022 a STIC não encaminhou qualquer informação acerca de eventual alteração na classificação quanto à vida útil dos softwares registrados na contabilidade.

PASSIVO

Passivo Circulante

O subgrupo em referência compreende as obrigações de curto prazo, totalizadas, no exercício de 2022, em R\$ 9.651.656,65, apresentando um relevante acréscimo em relação ao exercício de 2021 e é composto, majoritariamente, pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais.

3.3.8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Este é o item mais representativo do subgrupo do passivo circulante no valor de R\$ 9.355.274,95 cuja composição comporta passivo de pessoal, que é atualizado e informado, fundamentalmente, pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, unidade gestora da folha de pagamento de pessoal, submetido ao reconhecimento da Ordenadoria da Despesa e só então encaminhado à Contabilidade para o registro contábil.

O relevante acréscimo do saldo registrado em relação ao exercício anterior ocorreu, sobretudo, em virtude de reconhecimento de dívida apurada em face da publicação da Resolução CSJT n.º 343, de 26 de agosto de 2022 que alterou o art. 7º, da Resolução n.º 137/2014.

Os registros contábeis realizados na conta contábil “obrigações trabalhistas – curto prazo” tiveram com maior incidência como contrapartida os lançamentos na conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores”, no grupo de Patrimônio Líquido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Em relação ao registro contábil dos valores decorrentes da alteração da referida Resolução, o entendimento adotado por esta unidade de Contabilidade foi no sentido de que a alteração, que indicou novo índice para atualização do passivo, havia criado apenas um novo critério de atualização de valores de obrigações já existentes, assim, não teria havido a criação de uma nova obrigação no exercício 2022, o que ensejaria, neste caso, o lançamento da contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva – VPD, como despesa do exercício.

Todavia, no dia 09/03/2023, considerando, entre outros aspectos, a “divergência no reconhecimento desses valores encontrada nos tribunais”, o Núcleo de Contabilidade Gerencial da Justiça do Trabalho encaminhou mensagem SIAFI “COMUNICA” 2023/3250696 informando que o entendimento daquela unidade setorial é de que a atualização dos passivos em decorrência da alteração promovida pela Resolução n.º 343/2022, se deu com base em fato novo subsequente o que implicaria o registro na conta de VPD do exercício.

Por fim, solicita aquela unidade setorial que os tribunais que, a exemplo deste regional, reconheceram a contrapartida desses valores na conta de Patrimônio Líquido - Ajustes de Exercícios Anteriores – evidenciem em suas Notas Explicativas o fato de que esse reconhecimento deveria ter sido feito em contrapartida de VPD.

Informações mais detalhadas acerca dos efeitos do entendimento da setorial contábil, evidenciado na Mensagem destacada acima, serão demonstradas nos itens 3.3.12, do BP e 3.4.10 das Demonstrações das Variações Patrimoniais.

3.3.9 – Demais Obrigações a Curto Prazo

O montante apurado neste item é majoritariamente composto pelos valores relativos à retenção previdenciária incidente nos pagamentos realizados pelo TRT6 relativos às folhas de pagamento de pessoal, aos honorários periciais e aos diversos contratos administrativos de prestação de serviços. Os valores permanecem nesta conta do “Passivo Circulante” até o seu efetivo recolhimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Passivo Não Circulante

O subgrupo em referência compreende as obrigações de longo prazo totalizadas, no ano de 2022, em R\$ 79.397,12, referente ao saldo da conta contábil 2.2.8.8.1.04.02 – Depósitos e Cauções Recebidos, apresentando um pequeno acréscimo em relação ao exercício de 2021.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da unidade, ou seja, representa a diferença entre o Ativo (Circulante e Não Circulante) e o Passivo (Circulante e Não Circulante).

3.3.10 – Demais Reservas

O item “Demais Reservas” no valor de R\$ 51.182.174,79 é formado integralmente pelo registro da contrapartida das reavaliações de bens imóveis, em atendimento à Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, atualizada em 22 de junho de 2021, incorporando as orientações do Manual de Contabilidade no sentido de que o valor contábil que aumentar em virtude da reavaliação deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação (MCASP 9ª edição, Parte II, item 11.4.1 – Registro Contábil da Reavaliação de Ativos).

No exercício 2022, os registros relativos às reavaliações da conta “Bens de Uso Especial não Registrados no SPIUNET” foram realizados pela Seção de Análise Contábil, houve registros de reavaliações com valores negativos.

Quanto às reavaliações que envolvem a conta “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET”, a contabilização ocorre automaticamente no SIAFI a partir de registros efetuados no próprio sistema SPIUNET, seja pela área gestora deste TRT6, seja pela Superintendência de Patrimônio da União.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

3.3.11 – Resultado do Exercício

O item “Resultado do Exercício” no valor de R\$ 65.257.508,10 representa o resultado da diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP. No processo de encerramento, o resultado apurado no período é transferido para o item Resultado do Exercício do Patrimônio Líquido.

3.3.12 – Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2022, houve registro de vários eventos com destaque para os seguintes: a) ajustes da conta contábil de passivo de pessoal, conforme abordado no item 3.3.8 – Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (ver também item 3.4.10); ajustes na conta contábil de depreciação acumulada por solicitação da CMLOG como resultado de constatação, pela auditoria, de cálculos equivocados realizados pelo sistema patrimonial; c) reconhecimento de passivos DEA por repactuação contratual; d) ajuste nas contas de bens móveis/imóveis, entre outros.

Conforme informado no item 3.3.8 – Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, em relação ao registro contábil dos valores de passivos apurados em decorrência da alteração do art. 7º, da Resolução n.º 137/2014, houve a compreensão desta unidade de Contabilidade no sentido de que a referida alteração, que indicou novo índice para atualização do passivo, havia criado apenas um novo critério de atualização de valores de obrigações já existentes, de forma que, apenas os valores relativos à atualização e correção do exercício presente ensejaria o lançamento da contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva – VPD, como despesa do exercício, e os demais valores seriam lançados em contrapartida da conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores” do “Patrimônio Líquido”.

Todavia, a setorial contábil da Justiça do Trabalho evidenciou por meio da Mensagem SIAFI “COMUNICA” 2023/3250696 de 09.03.2023, o entendimento de que a atualização dos passivos em decorrência da alteração promovida pela Resolução n.º 343/2022, se deu com base em fato novo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

subsequente o que implicaria o registro na conta de VPD do exercício e orientou acerca dos procedimentos a serem adotados para evidenciação em Notas Explicativas.

Assim, segue abaixo um quadro demonstrativo do efeito no “Balanço Patrimonial - BP”, especificamente no subgrupo do “Patrimônio Líquido”, caso o registro tivesse ocorrido na conta contábil de “Variação Patrimonial Diminutiva” e não na conta contábil de “Ajustes de Exercícios Anteriores”:

Quadro 18 – Patrimônio Líquido – DCASP 2022 x Mensagem SIAFI nº 2023/3250696

Patrimônio Líquido		
Especificação	AEA¹	VPD²
Demais Reservas	51.182.174,79	51.182.174,79
Resultados Acumulados	217.075.459,15	217.075.459,15
Resultado do Exercício	65.257.508,10	21.707.400,54
Resultados de Exercícios Anteriores	196.814.027,52	196.814.027,52
Ajustes de Exercícios Anteriores	-44.996.076,47	-1.445.968,91
Total do Patrimônio Líquido	268.257.633,94	268.257.633,94

(1) Ajuste de Exercícios Anteriores – DCASP 2022

(2) Variação Patrimonial Diminutiva, conforme entendimento da /Seofi – Mensagem SIAFI nº 2023/3250696.

Observe-se que os lançamentos realizados pelo TRT6, apurados nas DCASP 2022, resultou no registro imediato da contrapartida da contabilização do passivo na conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores” do “Patrimônio Líquido” enquanto que o registro que deveria ser realizado, considerando o entendimento evidenciado na Mensagem SIAFI nº 2023/3250696, implicaria o lançamento da contrapartida em conta de variação patrimonial diminutiva impactando o resultado patrimonial do exercício. Destaque-se, todavia, como é possível observar no demonstrativo acima, que o resultado do “Patrimônio Líquido” não seria alterado, pois o “Resultado Patrimonial do Período” é transferido para o PL e registrado na conta “Resultado do Exercício”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

3.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A seguir, são elencadas as principais alterações patrimoniais que impactaram o resultado.

Variações Patrimoniais Aumentativas

Entre as variações patrimoniais que impactaram positivamente o patrimônio, no montante de R\$ 1.031.905.023,42, destacam-se:

3.4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Os valores no item “Taxas” foram registrados na conta contábil “4.1.2.2.1.01.00 – Taxa pela Prestação de Serviços”, são relativos à arrecadação de custas judiciais e emolumentos decorrentes da prestação de serviços judiciais, que no exercício de 2022 registrou o montante de R\$ 26.052.479,19, conforme detalhado no quadro abaixo, de acordo com o código de recolhimento:

Quadro 19 – Taxas – Por Código de Recolhimento

Código de Recolhimento		2022	2021
18740	STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB)	24.578.468,75	21.669.166,50
18710	STN-Custas Judiciais (CAIXA)	1.183.560,32	990.968,00
18750	STN-Custas Judiciais 2ª Instância (CAIXA/BB)	113.557,31	84.060,10
18770	STN-Emolumentos (CAIXA/BB)	85.944,79	78.475,62
18720	STN-Custas Judiciais 2ª Instância (CAIXA)	90.948,02	27.534,25
Total		26.052.479,19	22.850.204,47

Fonte: SIAFI 2022

3.4.2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Os valores deste item são registrados na conta “4.3.3.1.1.01.00 - Valor Bruto Exploração Bens, Direitos e Serviços” e se referem à arrecadação de receitas decorrentes da cessão de direito real de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

uso de área pública (taxa de uso de imóveis) e da cessão do direito da operacionalização de folha de pagamento.

Adicionalmente, neste exercício, destaca-se o valor de R\$ 4.881.948,00 referente ao recebimento de recursos financeiros da fonte 0170 relativos à remuneração dos depósitos judiciais.

Quadro 20 – Exploração Bens, Serviços e Direitos

Código de Recolhimento		2022	2021
28969	Receita Cessão Dir. Operacionalização Pagamento	2.649.154,98	2.367.711,51
28804	Taxa de uso de Imóveis	407.345,82	341.404,52
18894	STN-Receita Cessão Dir. Operacional Pagamento	91.710,20	87.197,60
28962	Receita Cessão Dir. Operacional Pag. Judicial	4.881.948,00	-
Total		8.030.159,00	2.796.313,63

Fonte: SIAFI 2022

3.4.3 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Neste item destaca-se o subitem de “Variações Monetárias e Cambiais” que teve o registro da atualização monetária (IPCA) no valor de R\$ 50.841,14, incidente sobre o montante atualizado do aporte à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal efetivado pelo TST.

3.4.4 – Transferências e Delegações Recebidas

O subitem “Transferências Intragovernamentais” no valor de R\$ 986.969.696,45, tem como montante mais representativo o registro relativo aos sub-repasses recebidos do CSJT na conta contábil “4.5.1.1.2.03.00 – Sub - Repasse Recebido”, no valor de R\$ 985.883.317,33. Mais informações e detalhamento da composição dos valores aqui tratados podem ser observadas no item 3.2.1, quadro 6.

O subitem “Outras Transferências e Delegações Recebidas”, registra o valor relativo a doações de obras de arte de valor histórico e artístico recebidos e incorporados ao patrimônio do TRT6.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

3.4.5 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O saldo existente no subitem “Reavaliação de Ativos”, registra a reclassificação da conta contábil “2.3.6.1.1.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis - RIP” para a conta contábil “4.6.1.1.1.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis”, realizada a partir de documento lançado no Siafi pelo Órgão Central de Contabilidade cuja observação destaca que a referida reclassificação ocorre “até a implantação, pela SPU em sistema específico, da rotina contábil de reserva de reavaliação, em cumprimento ao MCASP/2022 E A NBC TSP 07”.

Já o saldo do subitem, “Ganho com Incorporação de Ativos”, refere-se à transferência de recursos financeiros do TRT6 para UFPE, visando atender o Termo de Transferência de Execução Descentralizada (TED) Nº 01/2022, referente ao curso de pós-graduação-stricto sensu, Mestrado Profissional em Políticas Públicas, conforme as seguintes Mensagens SIAFI (2022/3090812; 2022/3124757; 2022/3128128; 2022/3142722).

Por fim, o saldo do subitem “Ganhos de Desincorporação de Passivos” tem como origem a baixa de saldos remanescentes de precatórios e RPV em atendimento à mensagem 2021/0010844 do Núcleo de Contabilidade Gerencial/SEOFI/CSJT.

3.4.6 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O subitem “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” é representado principalmente pelas contas contábeis “Indenizações” e “Restituições” nos valores de R\$ 2.640.278,69 e R\$ 6.008.163,79 respectivamente. Entre outros recolhimentos, são registradas nestes itens, as indenizações por dano ao patrimônio público, os registros decorrentes da aplicação de sanção administrativa, como também, os recolhimento devolução de valores, por meio de indenização à Fazenda Nacional, consignados de servidores na Folha de Pagamento de Pessoal.

Uma análise comparativa com o saldo registrado no exercício de 2021 permite observar um aumento bastante representativo. Nesse sentido, destaque-se que neste exercício foi registrado por meio de documento lançado por processo automático no SIAFI o recolhimento à STN de valores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

referentes a devolução de RPV cancelados no montante de R\$ 3.548.261,40 com registro na conta contábil “4.9.9.6.1.02.00 – Restituições”.

Variações Patrimoniais Diminutivas

Entre as variações patrimoniais que diminuíram o patrimônio, no montante de R\$ 966.647.515,32, destacam-se:

3.4.7 – Pessoal e Encargos

Neste item, os grandes destaques ficam para os subitens “Remuneração a Pessoal” no valor de R\$ 459.129.364,04 que engloba as despesas relacionadas a vencimentos e salários, adicionais e gratificações natalinas de servidores ativos, como também o subitem “Encargos Patronais” no valor de R\$ 95.311.289,72, que registra os recursos destinado ao custeio do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSSS vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, juntos representam cerca de 94% do valor total do item.

Em uma análise comparativa com o exercício de 2021, observa-se que apesar do incremento do subitem “Remuneração a Pessoal” houve em sentido contrário um decréscimo no subitem “Encargos Patronais” tal situação de possível inconsistência pode ser explicada principalmente em função da edição da MP 119/2022, convertida na Lei 14.463/2022 que dispõe sobre a reabertura do prazo para opção pelo regime de previdência. Assim, observou-se um acréscimo no quantitativo de servidores que realizaram a migração ao FUNPRESP e a consequente redução do montante recolhido a título de PSSS.

Além dos valores acima, observa-se a composição do subitem “Benefícios a Pessoal” no valor de R\$ 25.928.388,17, cuja composição está detalhada na tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 21 - Detalhamento de Benefícios a Pessoal

Conta Contábil		2022	2021
313110100	Auxílio Alimentação	20.468.845,25	20.801.093,64
313110200	Auxílio Transporte	242.684,11	212.806,99
313110400	Ajuda de Custo	96.013,95	320.046,50
313110600	Auxílio Creche	2.672.638,74	3.039.841,07
313119900	Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	2.178.059,54	1.682.681,73
313210100	Auxílio Alimentação - RGPS	253.043,61	43.849,28
313210600	Auxílio Creche - RGPS	17.102,97	7.891,84
Total		25.928.388,17	26.108.211,05

Fonte: SIAFI 2022

Em relação ao quadro acima, a linha “313119900 – Outros Benefícios a Pessoal – RPPS” tem como destaque as despesas com o pagamento de indenização de transporte dos oficiais de justiça.

Por fim, o subitem “Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos” no valor de R\$ 5.466.977,68 se refere ao reembolso realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região aos órgãos cedentes de pessoal requisitado de outros entes.

3.4.8 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Neste item, destacam-se os subitens “Aposentadorias e Reformas” no valor de R\$ 178.908.180,28 que engloba as despesas relacionadas a aposentadorias e gratificação natalina de servidores inativos, além do subitem “Pensões” no valor de R\$ 52.654.463,17 que contempla as despesas com pensionistas, incluindo gratificação natalina.

Por fim, o subitem “Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais” corresponde aos auxílios assistenciais que no exercício de 2022 totalizou R\$ 354.389,24. Ainda que de materialidade inexpressiva em relação aos demais grupos desse item, considerando a relevância de tal informação, segue detalhada sua composição na tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 22 - Detalhamento de Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Conta Contábil		2022	2021
329110100	Auxílio Funeral	336.259,86	414.049,34
329110200	Auxílio Natalidade	18.129,38	16.151,63
Total		354.389,24	430.200,97

Fonte: SIAFI 2022

3.4.9 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Os valores deste item, no total de R\$ 73.028.749,75, englobam as despesas relacionadas com o funcionamento do TRT6, tais como: material de consumo estocado, despesas com serviços de terceiros e o valor da realização da depreciação anual.

O subitem “Serviços” no valor de R\$ 63.410.467,75 representa 87% deste subgrupo e está constituído pelos desembolsos dos valores relativos a contratação de serviços diversos prestados por pessoa física e pessoa jurídica, com destaque para prestação dos serviços de apoio administrativo na área de limpeza, vigilância, manutenção predial, assistência médico-hospitalar no programa de autogestão em saúde do TRT, serviços de atendimento e suporte na área de TIC, engloba ainda as despesas com o consumo de energia elétrica, diárias, locações de imóveis entre outras.

O subitem “Depreciação, Amortização e Exaustão” no valor de R\$ 7.488.721,82 representa o reconhecimento mensal dos registros dos lançamentos da depreciação nos bens móveis e bens imóveis de uso especial registrados no SPIUNET.

3.4.10 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

O montante de R\$ 6.935.642,51, está integralmente registrado no item “Variações Monetárias e Cambiais” e refere-se, principalmente, aos lançamentos de acréscimos da atualização da correção monetária dos passivos administrativos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Quando comparado com o saldo do exercício anterior, verifica-se um expressivo aumento neste subitem, que teve como razão principal o registro de reconhecimento do passivo sem suporte orçamentário referente a valores decorrentes da repercussão da alteração do art. 7º da Resolução CSJT n.º 137 /2014, por meio da Resolução CSJT n.º 343/2022, e sua repercussão na atualização de valores de passivos, a exemplo da Parcela Autônoma de Equivalência(PAE), Auxílio-Alimentação e Gratificação por Encargo de Curso/Concurso.

Conforme informado no item 3.3.8 – Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo, em relação ao registro contábil dos valores de passivos apurados em decorrência da alteração do art. 7º, da Resolução n.º 137/2014, houve a compreensão desta unidade de Contabilidade no sentido de que a referida alteração, que indicou novo índice para atualização dos passivos, havia criado apenas um novo critério de atualização de valores de obrigações já existentes, de forma que, apenas os valores relativos à atualização e correção do exercício presente ensejaria o lançamento da contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva – VPD, como despesa do exercício, e os demais valores seriam lançados em contrapartida da conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores” do “Patrimônio Líquido”.

Todavia, a setorial contábil da Justiça do Trabalho evidenciou por meio da Mensagem SIAFI “COMUNICA” 2023/3250696 de 09.03.2023, o entendimento de que a atualização dos passivos em decorrência da alteração promovida pela Resolução CSJT n.º 343/2022, se deu com base em fato novo subsequente o que implicaria o registro na conta de VPD do exercício e orientou acerca dos procedimentos a serem adotados para evidenciação em Notas Explicativas.

Desta forma, em atendimento às orientações da setorial contábil por meio da Mensagem supracitada, segue abaixo um quadro demonstrativo do efeito na “Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP”, caso o registro tivesse ocorrido na conta contábil de “Variação Patrimonial Diminutiva” e não na conta contábil de “Ajustes de Exercícios Anteriores”:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Quadro 23 – DVP - Variações Patrimoniais Diminutivas – DCASP 2022 x Mensagem SIAFI nº 2023/3250696

Variações Patrimoniais Quantitativas		
	AEA (1)	VPD (2)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.031.905.023,42	1.031.905.023,42
Variações Patrimoniais Diminutivas	966.647.515,32	1.010.197.622,88
Pessoal e Encargos	585.836.019,61	585.836.019,61
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	231.917.032,69	231.917.032,69
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	73.028.749,75	73.028.749,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.935.642,51	50.485.750,07
Variações Monetárias e Cambiais	6.935.642,51	50.485.750,07
Transferências e Delegações Concedidas	37.947.577,48	37.947.577,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	30.097.028,61	30.097.028,61
Tributárias	612.964,82	612.964,82
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	272.499,85	272.499,85
Resultado Patrimonial do Período	65.257.508,10	21.707.400,54

(1) Ajuste de Exercícios Anteriores – DCASP 2022

(2) Variação Patrimonial Diminutiva, conforme entendimento da /Seofi – Mensagem SIAFI nº 2023/3250696.

3.4.11 – Transferências e Delegações Concedidas

O subitem “Transferências Intragovernamentais” no valor de R\$ 37.120.460,58 representa cerca de 98% do total. Deste montante, R\$ 1.578.242,34 foram transferidos em decorrência de cancelamento de saldo de empenhos inscritos em Restos a Pagar e R\$ 35.478.318,70 são valores de transferências provenientes do registro diário da arrecadação de guias de recolhimento da União, conforme demonstrativo que segue:

Quadro 24 - Transferências e Delegações Concedidas

Código de Recolhimento		2022	2021
18740	STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB)	24.869.197,36	21.965.010,21
18899	STN Dev. RPV cancelado - Lei 13.463/17	3.548.262,45	66.016,46
18806	Recup. Desp. Primárias Exerc. Anteriores FTE 0100	2.333.399,84	848.984,75
18821	STN Outras Indenizações (Deduções Folha)	2.283.170,79	2.017.007,87
18710	STN-Custas Judiciais (CAIXA)	1.425.799,70	996.860,75
-	Demais Códigos de Recolhimento	1.018.488,56	887.945,83



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Total	35.478.318,70	26.781.825,87
--------------	----------------------	----------------------

Fonte: SIAFI 2022

O subitem “Outras Transferências e Delegações Concedidas” remete a doações de bens móveis, cujo detalhamento pode ser melhor observado no item 3.3.6, quadro 14. A expressiva redução do montante apurado em relação ao exercício anterior deve-se ao fato de que no exercício 2021 houve o registro de diversas transferências de bens imóveis para a Superintendência de Patrimônio da União.

3.4.12 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Representando quase 90% do montante registrado neste item, merece destaque o subitem “Incorporação de Passivos” no valor de R\$ 26.954.202,98, que no exercício 2022 foi composto pelos registros de RPV/Precatórios efetuado pelo CSJT a serem pagos no exercício de referência, contabilizados na conta “3.6.4.1.2.01.00 - Incorporação de Passivos”, para execução pelo TRT da 6ª Região por meio de descentralização interna e externa de créditos, conforme item 3.1.2.

3.4.13– Tributárias

Neste item, cujo montante apurado foi de R\$ 612.964,82, observa-se que as “Contribuições” no valor de R\$ 491.546,16, representa cerca de 80% do valor total, destaca-se o montante R\$ 459.106,01, relativo aos encargos patronais incidentes sobre o pagamento de requisições de honorários periciais, relativos à ação de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

3.4.14– Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Destaca-se neste item o valor de R\$ 257.499,85, relativo às “Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas” com relevância para o registro das despesas com indenizações e restituições. Tais como, ressarcimento da cota parte de IPTU, despesa com reembolsos de combustíveis, reembolso de despesa de deslocamento de servidores e magistrados, entre outras.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

3.4.15 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial do período, obtido pelo confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas, no valor de R\$ 1.031.905.023,42, com as Variações Patrimoniais Diminutivas, no importe de R\$ 966.647.515,32 equivale à diferença positiva de R\$ 65.257.508,10. Os valores registrados nas VPAs e VPDs são encerrados ao final do exercício e o referido resultado é registrado na conta de Patrimônio Líquido (Resultado do Exercício) do Balanço Patrimonial.

Esclarecimentos adicionais acerca das movimentações destacadas no parágrafo acima estão apresentadas no item 3.4.10.

3.5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Tem por finalidade apresentar as informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o “caixa” em um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades. Permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A DFC deve ser elaborada pelo método direto, de modo a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, bem como nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Ingressos

3.5.1 - Outros Ingressos Operacionais

O montante total dos ingressos está distribuído nos itens que compõem este subgrupo. O item “Transferências Financeiras Recebidas”, no valor de R\$ 986.930.196,45, representa cerca de 96% do total. O registro relativo aos sub-repasses recebidos do CSJT, a partir UG Setorial (UG 080017), no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

valor de R\$ 985.883.317,33 é a parcela mais representativa desse montante. Segue quadro com a composição do item ora apresentado:

Quadro 25 - DFC – Transferências Financeiras Recebidas - Composição

Item	Conta Contábil	Valor (em R\$)
Transferências Recebidas por Execução Orçamentária	4.5.1.1.2.03.00 - Sub-Repasse Recebido	985.883.317,33
Transferências Independentes da Execução Orçamentária	4.5.1.2.2.01.00 – Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar.	20.000,00
	4.5.1.2.2.02.00 - Demais Transferências Recebidas	486.578,34
	4.5.1.2.2.03.00 - Movimento de Saldos Patrimoniais	540.300,78
Total		986.930.196,45

Fonte: SIAFI 2022

Maiores considerações e detalhamentos em relação aos valores apresentados no demonstrativo acima podem ser observados no item 3.2.1 e quadros 6 e 7 do Balanço Financeiro.

O item “Arrecadação de Outra Unidade” no valor de R\$ 42.391.184,20, foi contabilizado na conta contábil “8.9.9.1.08.02 (Controle de Arrecadação na UG Arrecadadora), e corresponde às arrecadações de receitas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (fonte Tesouro) e pelo órgão arrecadador (fonte própria), realizadas por intermédio de GRUs, relacionadas às seguintes fontes de recursos:

Quadro 26 - DFC – Arrecadação de Outra Unidade - Por Fonte de Recursos

Fonte de Recursos	Descrição da Fonte	2022	2021
100	Recursos Ordinários	15.327.505,39	10.015.419,68
127	Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	18.236.868,58	15.995.299,52
150	Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	3.057.796,62	2.710.449,18
170	Recursos Próprios Primários de Aplicação Específica	4.881.948,00	-
186	Recursos vinculados à aplicação em políticas públicas específicas	887.065,61	33.588,78



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Total	42.391.184,20	28.754.757,16
--------------	----------------------	----------------------

Fonte: SIAFI 2022

Tais valores, que também integram o Balanço Financeiro, estão detalhadas no item 3.2.2, quadro 8, por código de GRU.

Desembolsos

3.5.2 - Pessoal e Demais Despesas

O montante de R\$ 874.496.194,95, reflete a execução dos créditos autorizados no exercício 2022, bem como dos valores inscritos em restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas relacionadas ao grupo de despesas de capital “Investimentos”. Excluem-se também os valores executados na modalidade de aplicação 91 (Aplicação Direta Decorrente da Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

O valor apurado no subitem “Previdência Social” evidencia o desembolso com a folha de pagamento de aposentadorias e pensões. Quanto ao subitem “Encargos Especiais”, estão representados nesta classificação a execução das despesas relacionadas a Precatórios e Requisição de Pequeno Valor, além dos pagamentos relativos ao Benefício Especial.

As despesas com pessoal e benefícios não enquadrados nos subitens tratados acima, bem como os desembolsos para as demais despesas do TRT6 no exercício em referência, estão contempladas no subitem “Judiciário”. Segue quadro com a composição do item ora apresentado:

Quadro 27 - DFC – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas

Item		Despesas Pagas	Restos a Pagar (Processados e não Processados)	Total
28	Encargos Especiais	27.319.213,61	-	27.319.213,61
02	Judiciária	585.384.011,15	2.052.411,56	587.436.422,71
09	Previdência Social	259.740.558,63	-	259.740.558,63
Total		872.443.783,39	2.052.411,56	874.496.194,95

Fonte: SIAFI 2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

3.5.3 – Transferências Financeiras Concedidas

No subitem “Intragovernamentais”, o valor de R\$ 95.653.101,92 refere-se às despesas pagas, inclusive as relacionadas aos restos a pagar, na modalidade de aplicação 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social). No TRT6, tal desembolso está, essencialmente, relacionado às despesas com o Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS. Segue quadro com a composição do item ora apresentado:

Quadro 28 - DFC – Desembolsos - Transferências Concedidas - Intragovernamentais

Item		Despesas Pagas	Restos a Pagar (Processados e não Processados)	Total
02	Judiciária	95.621.455,92	31.646,00	95.653.101,92
Total		95.621.455,92	31.646,00	95.653.101,92

Fonte: SIAFI 2022

3.5.4 – Outros Desembolsos Operacionais

O título “Transferências Financeiras Concedidas”, que totalizou R\$ 37.120.460,58, representa cerca de 97% do montante apurado neste item de desembolso, reflete, principalmente, os valores das transferências provenientes do registro diário da arrecadação de guias de recolhimento da União, conforme detalhado no item 3.4.11 – Transferências e Delegações Concedidas, quadro 24, das Demonstrações das Variações Patrimoniais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Desembolsos

3.5.5 – Aquisição de Ativo não Circulante

O montante de R\$ 9.822.361,50, apurado neste item corresponde à despesa orçamentária paga com ativos fixos tais como obras e instalações, equipamentos e outros materiais permanentes, computados os pagamentos de empenho inscrito em Restos a Pagar.

3.5.6 – Outros Desembolsos de Investimentos

No exercício 2022, as despesas do TRT6 que foram registradas neste item de desembolso das atividades de investimento abrangem os serviços de tecnologia da informação e comunicação no montante de R\$ 663.300,00.

O quadro abaixo apresenta a composição dos desembolsos das atividades de investimentos, sendo demonstrado por natureza da despesa.

Quadro 29 - DFC – Atividades de Investimento por Natureza de Despesa

Natureza Despesa		Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos (Processados e não Processados)	Total
449040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	663.300,00	-	663.300,00
449051	Obras e Instalações	602.204,37	936.455,74	1.538.660,11
449052	Equipamentos e Material Permanente	6.816.166,26	1.467.535,13	8.283.701,39
Total		8.081.670,63	2.403.990,87	10.485.661,50

Fonte: SIAFI 2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902
Fone: (81) 3225-3512

3.5.7 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O montante positivo de R\$ 11.569.812,95, apurado na geração líquida de caixa, em termos gerais, indica que houve mais entrada do que saída de recursos financeiros em 2022.

Em que pese o aumento do volume de desembolso dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimentos, os ingressos foram consideravelmente impactados pelas transferências recebidas ainda no exercício 2022 relativas aos recursos necessários para pagamento dos saldos inscritos em restos a pagar para execução no exercício 2023, o que contribuiu decisivamente para geração líquida de equivalentes de caixa no exercício ora apreciado.

Outras considerações acerca de tais valores foram registradas no item 3.2.6 do Balanço Financeiro na demonstração do “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

4. Outras Informações Relevantes

4.1 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Regularmente, os registros que geram saldo nas contas de Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes do reconhecimento de despesas de exercícios anteriores, ou seja, não reconhecidas em época própria.

Os critérios que definem se o passivo será incorporado em contrapartida de ajustes de exercícios anteriores estão dispostos na Macrofunção 02.11.41 - Ajuste de Exercícios Anteriores, nos casos relacionados a passivos de pessoal, observa-se, ainda, a Nota Técnica SEOFI/CSJT n.º 1/2019 e atualizações. Outras considerações e detalhamento da composição desse item no exercício 2022 podem ser observados nos itens 3.3.8 e 3.3.12 do Balanço Patrimonial e no item 3.4.10 das Demonstrações das Variações Patrimoniais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

4.2 – Passivo Contingente

No exercício de 2022 houve a baixa do valor de R\$ 33.719,71 de passivos contingentes não confirmados relativos a reembolso de pessoal requisitado atendendo à solicitação da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGEP. Há saldo remanescente no montante de R\$ 237.900,32.

4.3 – Diversos Responsáveis

Neste exercício de 2022, houve o registro contábil na conta de natureza de controle “8.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração”, relativo aos valores identificados na fase interna de Tomada da Contas Especial 2430/2022, referente à abertura de procedimento de apuração administrativa, que visa o ressarcimento integral de prejuízo ao erário, atribuído de forma solidária aos agentes públicos indicados em tal procedimento.